

**Portal de Legislação do Município de Sagrada Família / RS****LEI MUNICIPAL Nº 1.604, DE 16/06/2023****CRIA CARGO EM COMISSÃO, DEFINE ATRIBUIÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA - RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo [artigo 27, I e III da Lei Orgânica Municipal](#), FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar no quadro de cargos de provimento em comissão, constante no [artigo 20 da Lei Municipal 420/2003](#), o seguinte Cargo em Comissão, com denominação, atribuições, padrão de vencimento consoante quadro consignado abaixo:

Nº de cargos	Denominação	Código padrão CC/FG	Coeficiente CC	Coeficiente FG
01	DIRETOR DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	CC 3 /FG 3	2.50	0.75

Art. 2º As atribuições e forma de provimento do cargo criado nos termos dos artigo 1º, são aquelas constantes no Anexo I desta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, serão suportadas pelas dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Revogadas disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL,
aos dezesseis dias do mês de junho de dois mil e vinte e três.

MARCOS DO NASCIMENTO SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

MAURO GALATTO
Sec. Mun. De Administração

ANEXO I

1. Denominação: Diretor da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil.

2. Código e Coeficiente: CC3/FG3 - Coeficiente CC 2.50, Coeficiente FG 0.75

3. Atribuições:

Descrição Sintética: Articular, coordenar e gerenciar ações de defesa civil, em âmbito municipal.

Descrição Analítica: Dirigir e coordenar a ampla participação da comunidade nas ações de defesa, especialmente nas atividades de planejamento e ações de respostas a desastres e reconstrução; dirigir a implementação dos planos diretores, planos de contingências e planos de operações de defesa civil; gerenciar e fiscalizar a execução dos recursos destinados a Defesa Civil; conjugar esforços para a realização de capacitações de recursos humanos para as ações de defesa civil e promover o desenvolvimento de associações de voluntários; coordenar as ações de análise das áreas de risco e articular a intervenção preventiva, o isolamento e a evacuação da população das áreas de risco intensificado e das edificações vulneráveis; gerenciar o banco de dados e de mapas temáticos sobre ameaças múltiplas, vulnerabilidade e mobiliamento do território e nível de riscos; prover para que a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil e a Secretaria Nacional de Defesa Civil sejam periodicamente informadas sobre a ocorrência de desastres e sobre atividades da Defesa Civil do Município; gerenciar a realização de exercícios simulados, com a participação da população, para treinamento das equipes e aperfeiçoamento dos planos de contingência; articular a realização da avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres e o preenchimento do Formulário de Informações do Desastre - FIDE, através do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID; propor à autoridade competente a declaração de situação de emergência e de estado de calamidade pública, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC; coordenar a execução da coleta e da distribuição dos suprimentos recebidos e arrecadados em situações de desastres; planejar a organização e a administração de abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastres; coordenar a mobilização comunitária e a implantação de Núcleo Comunitário de Defesa Civil - NUDEC, especialmente nas áreas de riscos intensificados; gerenciar a implantação dos comandos operacionais a serem utilizados como ferramenta gerencial para dirigir, controlar e coordenar as ações emergenciais em circunstância de desastres; articular-se com as Regionais Estaduais de Defesa Civil - REDEC e com a Secretaria Estadual de Defesa Civil - SEDEC; outras atividades correlatas.

4. Condições de trabalho:

- a)** Gerais: Carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

5. Requisitos para provimento:

- a)** Instrução: ensino fundamental completo;
b) Idade mínima: 18 anos completos;
c) Possuir Carteira Nacional de Habilitação.

6. Condições para admissão: a investidura no cargo será de livre nomeação e exoneração, a critério do Poder Executivo, tendo como critério a necessidade do serviço.